

**CULTURA E POBREZA A PARTIR DE OSCAR LEWIS:
NOTAS PARA UMA ANTROPOLOGIA URBANA
DOS POBRES NO BRASIL**
*CULTURE AND POVERTY FROM LEWIS'S PERSPECTIVE:
NOTES TO AN URBAN ANTHROPOLOGY IN BRAZIL*

Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho*

RESUMO: O artigo argumenta que uma apropriação crítica da obra de Oscar Lewis e suas sugestões de estudar a pobreza desde uma perspectiva cultural pode ser útil para uma antropologia urbana preocupada com a pobreza no Brasil atual. Apresenta as perspectivas éticas, políticas e metodológicas mais gerais desse autor para em seguida analisar o conceito de “cultura da pobreza”, suas inconsistências, apropriações e possibilidades. Numa sociedade marcada pela desigualdade social e pela pobreza, as investigações acerca das práticas e valores que perpetuam tal situação deve, necessariamente, colocar num plano importante as culturas que atuam na direção da naturalização de tal situação. Tal perspectiva precisa ser relacional e analisar a pobreza como construção social e não apenas econômica.

Palavras-Chave: Cultura; pobreza; Oscar Lewis; antropologia urbana; Brasil; México.

ABSTRACT: *The paper argues that a critical appropriation of Oscar Lewis's work and his suggestion to study poverty from a cultural perspective can be useful for an urban anthropology concerned about poverty in Brazil today. It presents ethical, political and methodological perspectives from this author, then analyzes the concept of “culture of poverty”, their inconsistencies, appropriations, and possibilities. In a society marked by social inequality and poverty as Brazil, the investigations into the practices and values that perpetuate such a situation must necessarily focus cultures that*

* Doutor em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil; E-mail: sergiordriguescastilho@gmail.com

works toward the naturalization of such a situation. This perspective needs to be relational and analyze poverty as a social construction and not just an economic fact.

Keywords: *Culture; poverty; Oscar Lewis; urban anthropology; Brazil; México.*

1 INTRODUÇÃO

A obra de Oscar Lewis é muito citada, mas em geral pouco lida hoje em dia. Em virtude da notoriedade que alcançou e da polarização a que foi submetida na conjuntura da primeira metade da década de 60 do século XX nos EUA, Lewis é de longe mais conhecido por cunhar e pôr em circulação o termo “cultura da pobreza”. Os estudantes de antropologia o conhecem também por conta de sua polêmica com Robert Redfield acerca do *continuum* rural-urbano, e sua contribuição naquele debate estabeleceu à época novos parâmetros para uma antropologia urbana, sendo considerado um dos fundadores da antropologia urbana no México (Nivón; Rosas Mantecón, 1994)¹.

Argumentarei que a obra de Lewis é mais do que isso e que pode servir, ainda hoje, como fonte de inspiração para uma antropologia urbana que tome a pobreza como um fenômeno multidimensional, não redutível a seus aspectos econômicos. Talvez ainda mais importante, pode contribuir para uma antropologia que, sem deixar de ver a desigualdade estrutural e as estruturas de dominação da sociedade capitalista, recusa-se a romantizar ou glorificar os pobres, vendo nestes apenas seus aspectos progressistas e/ou revolucionários.

Toda a obra e o trabalho de Lewis possuem uma forte dimensão ética e política. Existe uma tensão constitutiva entre a “antropologia aplicada” – entenda-se por isso, aqui, de forma ampla, a possibilidade de mudar realidades a partir da aplicação do conheci-

¹ Nos anos 40 e 50 Lewis manteve com Robert Redfield uma longa polêmica sobre a transição ou ruptura entre o campo e a cidade e as práticas e crenças correspondentes a cada ambiente. Enquanto Redfield enfatizava, numa postura mais ortodoxa, o desfazer dos laços comunais do campo e a desorganização da vida do camponês na cidade, Lewis insistia nos novos laços que se estabeleciam na cidade e nas formas organizativas daí decorrentes. Os textos essenciais sobre a questão são Redfield (1941), Lewis (1951) e Miner (1952).

mento antropológico – e a “antropologia teórica” que ele sempre foi reticente em desenvolver. A pobreza deve ser melhor compreendida para melhor ser combatida, essa é a essência de seu trabalho. Sua relação com os seus interlocutores² reflete essa tensão: a empatia e o respeito por aqueles com quem conversava e indagava não ultrapassava o limite da neutralidade científica desejável e/ ou possível³.

Não se furtou a chamar a antropologia, e a antropologia urbana em particular, a se identificar com os pobres, clamando por uma reavaliação da relação do pesquisador com os povos que estuda. Já no segundo parágrafo de *Five Families* o autor é claro, ao afirmar que o livro nasceu de sua convicção de que os antropólogos tem uma nova função no mundo moderno, servir como estudantes e “repórteres” das condições de vida da grande massa dos camponeses e moradores urbanos pobres do terceiro mundo que constituíam então quase oitenta por cento da população mundial (Lewis, 1959, p.15).

Existe também uma importante dimensão metodológica a ser resgatada. Lewis abriu caminhos ainda transitáveis e que devem ser explorados. Não apenas a intensidade e sistematicidade do trabalho etnográfico é admirável, mas também a interface com os estudos de psicologia e literários, por um lado e, por outro, a rigorosidade na construção das histórias de vida e familiares.

Não posso deixar de mencionar a importância que teve a união de Oscar com Ruth Maslow. Maslow, que se tornou Ruth Lewis após o matrimônio, foi a mãe de seus filhos, parceira nas pesquisas e acompanhou o marido para todos os lugares que este foi. Ruth assumiu tarefas importantes e de todo tipo fazendo, classificando e transcrevendo entrevistas, checando dados e inconsistências, ajudando na preparação

2 Preferi utilizar, ao longo do texto, a palavra interlocutores (em vez do termo utilizado na antropologia clássica “informantes”) porque ela está mais em dia com as concepções dialógicas que presidem a antropologia contemporânea e também porque está mais de acordo com a ética e a metodologia que conduziram o trabalho de Lewis.

3 O trabalho de Rigdon (1988) merece uma referência especial. Além de um breve período de trabalho com o próprio Oscar Lewis em Cuba (Cf. Lewis, O.; Lewis, R.; Rigdon, S., 1977 e a discussão relativa à experiência de pesquisa naquele país) a autora teve acesso a toda a correspondência deste, cedida por Ruth Lewis – esposa de Oscar, que voltarei a citar -, com quem Rigdon discutiu o trabalho. A partir dessa correspondência e de um levantamento sistemático da vida e da obra de Lewis, Rigdon constrói também um quadro exaustivo das relações do antropólogo com seus interlocutores, suas dificuldades, sucessos e fracassos. Mostra, ainda, que Oscar tinha interesses múltiplos, inclusive na arte, chegando a se encontrar com Buñuel para discutir a possibilidade de fazer roteiros de cinema para suas obras mais conhecidas.

dos manuscritos, etc. Oscar se utilizava dela também para obter mais informações junto as mulheres, garantindo acesso a questões que seriam difíceis de outra forma (Rigdon, 1988, pp.17-18.).

O artigo está dividido, no que segue, em três partes. Na segunda parte apresentarei, inicialmente, algumas características da abordagem metodológica desenvolvida por Lewis. Em seguida, as escolhas metodológicas de Lewis serão analisadas em função do compromisso ético-político do antropólogo para com as populações que estudava (“os pobres”). Por fim, serão abordadas as repercussões negativas, entre a opinião pública no México, das pesquisas do antropólogo e o conflito com Cuba em torno da pesquisa que lá iniciou e foi interrompida abruptamente.

Na terceira parte contextualizarei a discussão sobre a “cultura da pobreza”, argumentando que os problemas relativos à seu uso resultaram tanto da sua rigidez culturalista (e, portanto, a-histórica) e muitas vezes psicologizante quanto da apropriação e utilização política e ideológica a que foi submetido em torno da “guerra contra a pobreza” que se travou nos EUA. Na quarta parte farei uma breve síntese crítica da perspectiva de Lewis, destacando algumas linhas gerais que considero importantes para revitalizar um campo de estudos que procure conectar “cultura” e “pobreza” no Brasil.

2 POLÍTICA E METODOLOGIA NA OBRA DE OSCAR LEWIS

Lewis se graduou como historiador, mas optou pela antropologia nos estudos pós-graduados. Foi orientado por Ruth Benedict em uma tese de doutorado acerca do contato entre os índios pé-preto e os brancos no norte do estado de Montana, defendida em 1940 na Columbia University.

A influência de Marx também se faz notar em seus textos, e ele afirmou mais tarde ser um “materialista eclético”. Era materialista no sentido de que era estritamente empirista, aceitando como evidência unicamente aquilo que ele podia confirmar através de sua observação ou experiência. Era eclético no sentido de que não se limitava a uma escola particular de pensadores ou a um grupo es-

pecífico de teóricos e utilizava perspectivas analíticas diferentes, de uma grande variedade de disciplinas (Rigdon, 1988, p.2). Mantinha a centralidade da economia como dimensão explicativa da vida social, mas não era de forma alguma um reducionista, o que fica claro em sua concepção da “cultura da pobreza”. Em várias ocasiões sustentou que a “cultura da pobreza” poderia sobreviver, sob certas circunstâncias, mesmo a mudança das condições socioeconômicas.

Sua história pessoal de pobreza, sendo filho de um rabino pobre e tendo vivido no Bronx nas primeiras décadas do século XX, sem dúvida influenciou suas escolhas políticas posteriores, próximas ao que pode ser definido como um reformismo radical. Por diversas vezes se expressou em termos da necessidade de uma “revolução” como forma de resolver os problemas dos pobres, mas sempre que especificava o que seria essa revolução se afastava das concepções marxistas acerca do papel do proletariado e da violência nesta.

Trabalhou durante anos com as questões relativas ao desenvolvimento rural no México, tendo atuado em 1943 como representante do Instituto Indígena Interamericano. Embora tenha feito trabalho de campo nos Estados Unidos, Porto Rico, Canadá, Espanha, Cuba e Índia, foi ao México que dedicou seus maiores esforços, atuando lá por cerca de vinte anos. Do estudo das populações camponesas mexicanas passou, seguindo o fluxo de seus sujeitos de pesquisa, para o estudo dos moradores pobres nas cidades (La Farge, Oliver. Foreword, In: *Five Families*, vii.)

Em seus estudos junto aos pobres urbanos optou por retratá-los como indivíduos, e indivíduos pertencentes a “famílias”, concedendo às histórias de vida um lugar central em suas pesquisas. Tal opção permitiu a Lewis construir uma imensa variedade de situações e arranjos, que foram exploradas quase sempre como sub-variantes da “cultura da pobreza”. Ela cria, ainda, tensões que se manifestarão ao longo de toda a obra posterior à *Five Families*. Como concatenar um conceito essencializador como o de “cultura da pobreza” com a imensa variedade de situações individuais e familiares que se apresentavam à medida que a pesquisa acumulava dados?

Ao fazer, em 1959, uma síntese de quinze anos de trabalho levados a cabo entre famílias mexicanas Lewis lembra que utilizou quatro abordagens relacionadas que, quando combinadas, permitem um estudo integrado da vida familiar: 1) uma abordagem tópica que aplica a maior parte das categorias conceituais utilizadas no estudo de uma comunidade total a uma família singular - a partir de uma grande massa de dados obtida com a vivência com as famílias, entrevistas, e observação ampliada dos vários aspectos da família e dos membros individuais; 2) a técnica de tipo Rashomon de ver a família através dos olhos de cada um de seus membros. Isto é feito através de autobiografias longas e intensivas de cada membro; 3) o estudo intensivo de um problema ou evento especial ou crise ao qual a família reage (psicodinâmica familiar e diferenças individuais); 4) observações detalhadas de um dia típico na vida de uma família. (Lewis, 1959, p.17-18).

O estudo intensivo e detalhado de um problema ou crise está relacionado, evidentemente, a perspectiva do conflito mais ampla do qual Lewis nunca quis se afastar⁴.

O artifício da observação detalhada de um dia típico na vida de uma família é explicitamente emprestado da literatura e pretende reafirmar as ciências sociais nas melhores tradições humanistas, além de permitir a quantificação de aspectos cotidianos. Lewis tinha em alta conta o realismo literário e era, ele próprio, um leitor voraz de literatura. Sua concepção de ciência social passava por um diálogo amplo com a literatura, a psicologia e o *policy making*.

A interface com a psicologia era clara. Quando estudava em Columbia Lewis frequentou o curso que o psiquiatra Kardiner ministrava em conjunto com Ralph Linton. (Rigdon, 1988, p.12). Desde então ficou bastante impressionado com os estudos psiquiátricos e sua potencialidade para lidar com o patológico. Via na psiquiatria, assim como na literatura e na arte, formas de lidar com o indivíduo para além das limitações da antropologia e sua determinação coletiva; portanto, como uma forma de enriquecer o diálogo interdisciplinar. Essa interface, está claro, foi responsável, no entanto, por alguns

⁴ Não se pode deixar de notar a semelhança para com a perspectiva da chamada “Escola de Manchester” e, em especial, com Max Gluckman e seu método de estudo de caso detalhado como se lê, por exemplo, no clássico trabalho escrito a partir do conflito relacionado à construção de uma ponte na Zululândia, antiga colônia inglesa na atual África do Sul (Gluckman, 1987)

dos piores momentos da obra de Lewis, eivados de determinismo e “psicologização” da pobreza.

Grande parte da popularidade dos livros pós-1959 reside na força narrativa derivada do dar voz direta aos seus informantes⁵. Nesses livros Lewis se utiliza de uma mesma estratégia de apresentação da pesquisa: faz uma introdução geral no qual apresenta seu método de estudo, faz algumas considerações genéricas acerca da “cultura da pobreza” e, em seguida, narra a partir da perspectiva do próprio informante. Tal narrativa permite *insights* extremamente ricos e “realistas” – o autor chamou essa abordagem de “realismo etnográfico” (Lewis, 1959, p.5) - acerca da vida dos pobres, além de toma-los como capazes de expressão. Esse último aspecto merece destaque, uma vez que permanece até hoje, por parte de diversas perspectivas acadêmicas (não obstante o avanço trazido, nesse aspecto, pela vaga pós-modernista), uma atitude comum de considerar os pobres como destituídos de quaisquer recursos, exigindo assim intérpretes e mediadores, capazes somente estes de canalizar adequadamente as demandas daqueles.

Em *Five Families* Lewis lida com três famílias pobres, uma família de classe média-baixa e uma família de novos ricos. O patriarca desta última família era um *self-made man* pós-revolução fascinado pela cultura americana, mas que não conseguia abandonar suas características de classe baixa. Além disso, essas famílias estavam em distintos graus de “integração” à vida urbana: a família Martinez vivia numa vila de camponeses e artesãos, com cerca de 3.500 habitantes, sessenta quilômetros ao sul da Cidade do México; a família Gomez vivia em uma área pobre da Cidade do México, tendo migrado de uma aldeia camponesa asteca; a família Gutierrez nasceu na Cidade do México e lá vivia em uma das suas mais pobres *vecindades*; a família Sanchez vivia no coração da Cidade do México e, finalmente, a família Castro, os novos-ricos que moravam num bairro de classe alta e que eram defensores dos valores e da sociedade americana (Lewis, 1959).

⁵ A partir do final da década de 60 ele se tornou um dos cientistas sociais mais conhecidos dos EUA. Seus livros, especialmente *Five Families (1959)*, *The children of Sanchez (1961)* e *La Vida (1966)* - venderam milhões de exemplares - La Vida foi ainda o vencedor, em 1967, do *National Book Award* na categoria não-ficção, uma importante premiação literária dos EUA.

Tal diversidade permitiu construir um painel rico e esclarecedor dos valores em pauta entre esses grupos, bem como evidenciou a concepção relacional que presidiu as pesquisas de Lewis junto aos pobres. Estes são retratados na sua diversidade interna. Famílias economicamente mais necessitadas podem ser também mais ou menos ajustadas à vida social, o que evidencia mais uma vez seu anti-economicismo.

A publicação da “autobiografia” *Os filhos de Sánchez* em 1961 tornou Lewis bastante conhecido para além do mundo acadêmico. Isso nos ajuda a entender porque o livro seguinte, *La Vida*, de 1966, se tornou tão polêmico. Este último trata da vida de uma família que tem no seu centro uma prostituta Porto Riquenha em Nova York, e além de todos os outros componentes ligados à fala desabrida e direta dos pobres possui uma forte inflexão sexual. Lewis foi acusado de preconceito e sensacionalismo, deixando a impressão que todos os Porto Riquenhos eram “degenerados”.

EFEITOS NÃO-INTENCIONAIS DA PESQUISA, OU QUANDO FIDEL CASTRO DISCUTIU ANTROPOLOGIA.

À medida que a antropologia se volta para “nós mesmos” passamos a encontrar dilemas éticos e políticos jamais imaginados enquanto a antropologia lidava com os “povos distantes”. Um dos paradoxos da antropologia urbana está em que as condições de possibilidade de um diálogo amplo com a sociedade cria dificuldades ou mesmo a impossibilidade do anonimato. Quanto mais um determinado autor e sua obra se tornam conhecidos de um público amplo em função do investimento em um tema, menor é a possibilidade de que seus interlocutores mantenham-se desconhecidos, anônimos.

Quando se descreve a condição de vida de populações pobres corre-se o risco de expô-las seja porque elas podem ser perseguidas pelos poderosos incomodados com suas descrições e/ou denúncias ou porque elas burlam, em suas muitas vezes duras estratégias de sobrevivência, legalidades e formalismos adequados apenas aqueles que estão inseridos na sociedade. Ao mesmo tempo e inversamente, estratégias de visibilização e identificação podem, dadas certas cir-

cunståncias, funcionar como uma espécie de garantia contra persegui es ou atos arbitrários por parte dos poderosos.

Lewis viveu situa es de diversos tipos   medida que seus livros foram se tornando conhecidos. Dois casos vividos pelo autor – um relativo ao trabalho com a família Sanchez e o outro relativo ao encerramento arbitrário da pesquisa de Lewis em Cuba por parte do regime de Fidel Castro – servem para evidenciar algumas dificuldades que se apresentam.

Quando o livro relativo as histórias dos filhos de Sanchez (que já tivera parte de sua história publicada em *Five Families*) foi publicado em espanhol no México em 1964 (três anos após   edição americana) ele detonou um grande debate naquele país entre jornalistas, políticos, acad micos e funcionários do governo acerca das tendências políticas e motiva es de Lewis. Ele foi acusado de publicar obscenidades, de ser um agente do FBI e um americano cheio de preconceitos contra os mexicanos, de editar as histórias de vida de seus interlocutores, de difamar as institui es mexicanas, de ser contrário   revolução mexicana, entre outras coisas (Rigdon, 1988, p.164). Nenhuma das acusa es questionava a veracidade do trabalho ou questões de comportamento  tico, e Lewis acabou sendo inocentado, mas os seus trabalhos sofreriam, dali em diante, esse rol de acusa es, ainda que elas variassem de acordo com o contexto.

No caso de *Os filhos de Sanchez* a pol mica cresceu, e o antropólogo procurava manter no anonimato seus interlocutores, o que era cada vez mais difícil frente ao sucesso crescente do livro (até mesmo Fidel Castro, como veremos, leu a obra) e ao escrutínio de todas as informa es l  registradas. A pol mica assumiu um forte componente moralista de procura dos “culpados” – culpados de  girem, muitas vezes,   margem da lei, no sentido que explicitiei anteriormente. Para tornar as coisas mais complicadas, os próprios filhos de Sanchez não queriam, ao final, ser “protegidos” e vieram   público se identificar. Rigdon (1988, p.165) argumenta que eles optaram por uma estratégia de “visibilização”, optando por tornar sua figura pública como forma de procurar impedir quaisquer formas de ataque. O quadro conta ainda com uma imprensa  vida por sen-

sacionalismo e que se rege por padrões profissionais e éticas muito distintos daqueles da antropologia, além de poderes políticos atingidos na sua “honra”⁶

O segundo caso ocorreu em torno do trabalho de pesquisa em Cuba. Ele serve para pensar os limites político-ideológicos do tipo de atividade envolvida na pesquisa antropológica, uma vez que foi a posição estrutural de Lewis, como pesquisador americano (e recebendo recursos da Fundação Ford, como veremos) em contato com um regime que se definia como comunista que criou as dificuldades.

Lewis já estivera em Cuba por um breve período, em 1946, e desde então manifestara interesse em estudar os pobres de *Las Yaguas*, uma favela de Havana que após a revolução de 1959 estava sendo desmantelada e tendo seus moradores deslocados. Como humanista e com um interesse de longa data no socialismo, ele acreditava ser importante estudar o processo revolucionário e registrar essas experiências enquanto elas estivessem ocorrendo (Lewis, R. 1977, p. vii).

Em 1969, apesar do bloqueio americano e das tensas relações entre os dois países, Oscar Lewis, sua esposa Ruth Lewis e dois assistentes – entre os quais estava Susan Rigdon – desembarcaram em Cuba para um projeto de pesquisa com duração prevista de três anos. Apesar de grandes desconfianças de ambos os lados – muitos líderes cubanos desconfiavam que Lewis e sua equipe eram agentes da CIA, enquanto muitos americanos desconfiavam de Lewis por achar que este era, no fundo, um comunista – a pesquisa se tornou possível porque sancionada pelo próprio Fidel Castro, de um lado, pela Universidade de Urbana, Illinois e pela Fundação Ford (que garantiu recursos financeiros para o trabalho), por outro (Rigdon, 1988, p.53).

Uma viagem de duas semanas à Cuba em fevereiro de 1968 serviu para os acertos finais. Nesta viagem ocorreu um encontro de Lewis com Castro - num lugar predeterminado pela segurança do líder cubano, numa estrada fora de Havana,. Este chegou numa comitiva com três jipes cheios de guardas armados e durante seis horas conduziu Lewis e dois homens do Departamento de Agricultura pelo

⁶ Estudos etnográficos acerca da política contemporânea tem afirmado a centralidade da noção de honra para a sustentação legítima dos representantes. Cf. por exemplo, Teixeira, 1998. Isso ajuda a explicar a intensidade das reações por parte dos poderes políticos constituídos.

campo falando de seus planos para a reorganização da agricultura. Em seguida eles pararam em um das residências de Fidel no campo e jantaram, acompanhados do diretor do *Instituto del Libro Cubano* e do médico pessoal de Castro. Foram cerca de doze horas de conversas e discussões sobre temas variados. (Lewis, R. 1977, p. ix)

Castro afirmou ter lido *Os filhos de Sanchez*, dizendo que aquele era um livro revolucionário, “mais importante do que cinquenta mil panfletos políticos”. Aparentemente, ele havia lido também *La vida* e estava familiarizado com o conceito de cultura da pobreza. Convidou, então, Lewis a fazer uma pesquisa semelhante às que vinha fazendo no México e em Porto Rico em Cuba, dizendo que Cuba não tinha pessoal especializado para tal e que confiava no trabalho de Lewis, um homem honesto.

Lewis negociou então as condições do trabalho, garantindo o apoio de Castro para que não houvesse interferência de nenhum tipo na pesquisa, que todo o material obtido pudesse ser transladado aos EUA e que seus interlocutores não fossem perseguidos. Castro chegou a dizer, mostrando-se informado sobre a questão, que “(Lewis) não iria encontrar em Cuba as dificuldades que encontrou no México”. (Lewis, R. 1977, p. x)

Essas e outras negociações que Lewis teve que levar à cabo para criar as condições de seu trabalho não limitaram o escopo das atividades do antropólogo. Isso fica muito claro na relação que manteve com aquele que ficou conhecido como “Señor X”.

Este senhor procurou os Lewis faltando apenas quatro meses para o fim da estadia abruptamente interrompida. Após ler alguns dos trabalhos de Lewis, procurou voluntariamente o antropólogo e se ofereceu para ser entrevistado. Ele era um crítico profundo do regime de Castro (e também um ardente entusiasta dos valores e da sociedade americana, o que o aproximava, nesse aspecto, da família Castro do México retratada em *Five Families*), e os Lewis sabiam que ele tinha sido acusado de colaborar com os EUA quando do episódio conhecido como a invasão da Baía dos Porcos⁷. O Sr X tinha uma mãe e uma irmã que eram ardentes revolucionárias, e Lewis

⁷ Como ficou conhecida a frustrada tentativa de invasão levada a cabo pelos EUA em 1961 através de grupos paramilitares de exilados.

achou o caso interessante o bastante para aceita-lo. Lewis retransmitiu ao Señor X as garantias de Castro que, no entanto, como sabemos, eram verbais. Ruth Lewis conjectura que provavelmente o Señor X tinha uma vontade tão grande de falar que esta vontade ultrapassou as apreensões que a prudência recomendava continuar existindo (Lewis, R, 1977, pp. xviii-xxi).

Tudo contribuiu para construirmos um quadro no qual Lewis foi expulso de Cuba por conta de questões de ordem diversa. No plano mais geral, Castro e o regime socialista tinham sofrido revezes importantes ao longo dos anos 1969 e 1970, o que levou a uma série de correções de rumo na economia e na política. Dois outros pesquisadores estrangeiros, René Dumont e K.S. Karol, também autorizados por Castro em situações semelhantes à de Lewis, tinham acabado de publicar seus trabalhos - que se mostraram, ao final, extremamente críticos em relação ao regime. Castro se via criticado por tais “liberalismos” pela linha dura do partido. Nas esferas inferiores à Castro no governo havia forte desconfiança quanto a Lewis. Essa desconfiança só cresceu quando Lewis começou a entrevistar o Senhor X, o que era evidentemente de conhecimento do governo. (Lewis, R, 1977, pp. xviii-xxi).

Os Lewis só conseguiram levar de volta aos EUA parte pequena do que tinha sido coletado na pesquisa. O governo cubano, apesar das promessas, não enviou o material aos EUA. Quatro meses após o término do projeto e ao retorno de Lewis aos EUA, o Señor X foi preso e passou dez anos na cadeia, após o que foi morar nos EUA em 1980. Oscar não sabia da prisão do Señor X quando morreu precocemente em 1970, em virtude de um ataque cardíaco fulminante aos cinquenta e cinco anos. (Rigdon, 1988, pp.167-172)

3 A GUERRA CONTRA A POBREZA E A “CULTURA DA POBREZA” NOS EUA

A historiografia denominou os anos pós-segunda Guerra Mundial como os “trinta anos dourados”, ou “anos de prosperidade”, a representar a abundância e a riqueza do período na Europa Oci-

dental e nos EUA⁸. Não há dúvida sobre o crescimento econômico e comercial, bem como da riqueza global daquela região naquele período. Mas ficar restrito a tais constatações gerais impede focalizar a pobreza e a desigualdade que acometia mesmo os países do primeiro mundo, a começar pelos próprio EUA.

Sob a superfície dessa riqueza propagavam condições sociais bastante adversas, no entanto. A pobreza acometia muitos americanos e ainda mais os negros, embora uma quantidade significativa de brancos também estivesse nessa condição.

Em 1962 o sociólogo Michael Harrington publicou *The other America*, uma obra na qual, entre outras coisas, afirmava que no final da década de 50 vinte e dois por cento dos americanos, quase quarenta milhões de pessoas, vivem abaixo da linha da pobreza (Harrington, 1962). A obra influenciou em muito o debate sobre o tema, assim como o presidente democrata John F. Kennedy, que resolveu encampar políticas anti-pobreza em sua agenda doméstica. Harrington denunciava a pobreza e a desigualdade nos EUA, dando chancela acadêmica aos movimentos sociais que, na esteira dos movimentos pelos direitos civis e da comunidade negra, denunciavam a pobreza como limite ao exercício dos direitos civis.

Morrendo antes de poder implementar as ações (mas sem deixar de lançar suas fundações), Kennedy teve o tema retomado pelo seu vice Lyndon Johnson, que foi o real arquiteto do programa – na verdade, um conjunto de programas - intitulado *Guerra contra a Pobreza*⁹.

8 Para uma perspectiva menos enviesada nessa direção, cf. Judt, Tony, 2008, pp.256-453. Até mesmo um historiador marxista do porte de Hobsbawm (1995, pp.253-268) acaba repetindo números relativos ao crescimento do PIB e da atividade industrial de uma maneira que impede um olhar mais global sobre o capitalismo e sua estrutura desigual inclusive no interior dos então chamados países do primeiro mundo.

9 A “guerra contra a pobreza”, por sua vez, fazia parte de um conjunto mais amplo de programas e medidas intitulado “A grande sociedade” (The Great Society). Em três anos foram adotadas uma série de medidas e de políticas de governo destinadas a modernizar a máquina administrativa e combater a pobreza e o desemprego. Algumas das mais importantes foram: a criação do *Office of Economic Opportunity* (OEO), responsável pela “guerra contra a pobreza”, em 1964; o *Food Stamp Act* de 1964, que tornou o governo responsável por combater a fome; o *Social Security Amendments* de 1965, e a criação do Departamento de Habitação e Planejamento Urbano. Como Orleck e Hazirjian evidenciaram (2011, pp.437-45), Johnson estabeleceu programas e temas que pautaram a disputa entre os republicanos e os democratas pelo imaginário político dos americanos pelos próximos 40 anos.

A *Guerra contra a Pobreza* deu vazão a uma grande mobilização da sociedade civil e dos movimentos comunitários de todos os tipos. Libertou energias locais e associativas que acreditaram na possibilidade de transformar a América. Os movimentos civis acumulavam forças e ganhavam as ruas, preparando os combates intensos que ocorreram naqueles anos.

A administração Johnson, assustada e pressionada pelo *establishment*, optou, recuando, por limitar a ação e intervenção dos comitês comunitários e locais, concedendo à burocracia estatal, local e partidária, os poderes de alocação de recursos, contratação de empresas e escalonamento das obras. Contiveram-se as energias locais e transformadoras (Orleck; Hazirjian, 2011, pp.5-18)

Em 1965 Johnson fizera um importante discurso no qual clamava por uma conferência na Casa Branca onde cientistas sociais, representantes do governo e líderes do movimentos pelos direitos civis pudessem encontrar novas formas de melhorar as condições sociais dos negros. Tal conferência acabou não acontecendo porque logo em seguida explodiu, no sul de Los Angeles, o levante conhecido como Watts Riots, durante o qual a cidade ficou em chamas por cinco dias e que resultou em trinta e quatro mortes e mais de três mil presos (Harvey & Reed, 1996, p.469).

A fala de Johnson tinha sido influenciada pelo famoso relatório Moynihan (1965), - *The negro family: the case for national action* – um relatório interno produzido por um sociólogo que atuava como assessor do equivalente ao ministro do trabalho. O clima polarizado da época era de tal ordem que uma contribuição claramente liberal (nos marcos do debate político-ideológico americano, bem entendido) foi lida e entendida como racista, supostamente culpabilizando os negros pelas condições em que viviam¹⁰).

Trata-se de um momento no qual o debate sobre a pobreza e a questão racial mobilizou intensamente não só a sociedade, mas também parte da academia e da vida intelectual do país. Os *policy-makers* estavam ávidos por teorias, conceitos e desenhos que justi-

¹⁰ Como faz, p.ex., Valentine (1971, pp.28-36), numa crítica que irá se estender também a Lewis e uma série de outros autores da época.

ficassem as políticas públicas que eles estavam, pela força da pressão e do momento, constrangidos a levar a cabo.

Foi por esse caminho e nesse momento que a tese da “cultura da pobreza” foi trazida à público e tornada conhecida. Ela era, seguindo as orientações epistemológicas gerais de Lewis, um amálgama de marxismo e antropologia, uma tentativa de conferir uma base materialista aos aspectos culturais da pobreza.

A tese da cultura da pobreza começara a ser construída em 1956. Ao longo dos trabalhos posteriores, uma série de “conceituações” foram elaboradas. É preciso ter claro que Lewis não tinha especial apreço pelas rigores conceituais. Suas sucessivas e sumárias definições da cultura da pobreza a partir de uma lista de “traços culturais” quase não escondem o que são: tentativas de organizar para fins práticos de apresentação a imensa quantidade de dados empíricos que o antropólogo acumulava.

Sequer a distinção entre “cultura” e “subcultura”, uma questão cara aos culturalistas mais ortodoxos, merece maior atenção. Muitas vezes, ao longo de seus textos, usa os dois termos de forma indistinta. O que fica claro ao longo de todas essas definições da cultura da pobreza é que Lewis estava pensando nos pobres que vivem em situação de grande marginalidade e falta de acesso a quaisquer formas de recurso – os mais pobres dentre os pobres, por assim dizer, aquilo que contemporaneamente poderia ser chamado de “pobreza crônica”.

Em *Five Families* não existe nenhuma tentativa de avançar na conceituação, que aparecerá pela primeira vez em *The Children of Sánchez*. Nesse trabalho, Lewis afirma que a cultura da pobreza possui algumas características universais que transcendem diferenças regionais, rural-urbanas ou mesmo nacionais. Alertando que irá elaborar um modelo conceitual “provisório”, retirado principalmente de seus dados obtidos no México, descreve “traços” que se somam, assim distribuídos: a) sócio demográficos; b) de “integração” social; c) econômicos, d) sócio psicológicos; (Lewis, 1961, pp. xxv-xxvii).

Vale a pena descer a alguns detalhes desses traços e dessa primeira conceituação: a) caracterizados por taxa de mortalidade relativamente alta, baixa expectativa de vida, alta proporção de indivíduos

jovens e, por conta do trabalho infantil e feminino em alta proporção, uma alta proporção de trabalhadores desqualificados; b) caracterizados por sua orientação provinciana e local. Seus membros são apenas parcialmente integrados em instituições nacionais e são marginais mesmo quando vivem no coração de grandes cidades (os mais pobres tem um baixo nível de educação formal, não pertencem a sindicatos e associações, não são membros de partidos políticos, fazem escasso uso de bancos, hospitais, lojas de departamento ou museus, etc.); c) caracterizados sobretudo pela luta constante pela sobrevivência, desemprego e subemprego, baixos salários, trabalho, desqualificado, trabalho infantil, ausência de economias e falta crônica de dinheiro, empréstimos comuns junto a agiotas com altas taxas de juro, uso de roupa e mobiliário de segunda mão, etc.; d) vivem em locais superpopulosos, ausência de privacidade, gregariedade, alta incidência de alcoolismo, uso frequente da violência física para resolver problemas quotidianos, na educação das crianças e no trato com as mulheres, iniciação precoce à vida sexual, uniões livres ou casamentos consensuais, uma relativa alta incidência de mulheres e mães abandonadas, uma tendência à existência de maior número de famílias que tem a mãe como única provedora da unidade doméstica, forte predisposição ao autoritarismo e uma grande ênfase na solidariedade familiar – embora essa raramente seja alcançada. (idem, xxvi)

Os “traços” positivos também estão lá. Segundo Lewis a cultura da pobreza também se caracteriza por uma atitude crítica em direção a alguns valores e instituições das classes dominantes, ódio à polícia, desconfiança para com o governo e com aqueles que ocupam altas posições na sociedade e um cinismo que se estende mesmo, as vezes, à igreja. Tudo isso concederia à cultura da pobreza um potencial de contestação que pode ser utilizado por movimentos políticos contrários à ordem social (idem, xxvii).

Lewis acrescenta ainda que alguns traços não se limitam a cultura da pobreza, mas também estão presentes entre as classes média e alta, embora alguns padrões específicos distingam a primeira (cita nesse caso o exemplo do machismo, que enquanto nas classes médias se expressaria em termos sexuais através da figura e do com-

plexo de Don Juan nas classes baixas se expressaria em termos do heroísmo e da ausência de medo físico). E finaliza o ponto, em uma de suas muitas inconsistências valorativas: “de maneira semelhante, beber entre as classes médias é uma amenidade social enquanto nas classes baixas embebedar-se tem funções distintas e múltiplas – esquecer os problemas, provar a habilidade em beber ou obter confiança suficiente para lidar com situações difíceis” (idem, xxvii).

Difícil dizer, considerando esse traços e as observações em torno deles em conjunto, onde está o limite entre a descrição “realista” das condições de vida dos mais pobres entre os pobres e os juízos de valor negativos, que também estão presentes em alguma medida. De qualquer forma é importante enfatizar que Lewis procura ver nos pobres não só os aspectos glorificadores, mas também aqueles que dizem respeito à introjeção da exclusão e estigmatização e levam a auto-destruição pessoal e do grupo.

Uma outra definição, mais conhecida porque publicada no ensaio “*The culture of poverty*” da *Scientific American* de outubro de 1966, (e depois reproduzida no livro de Spradley e Mccurdy de 1971) estabelece que a cultura da pobreza é:

“(...) uma subcultura da ordem social ocidental. Ela é tanto uma adaptação quanto uma reação dos pobres a sua posição marginal numa sociedade capitalista de classes, estratificada e fortemente individualizadora. Ela representa um esforço para lidar com os sentimentos de desesperança e desespero que advém da percepção, por parte dos membros das comunidades marginais dessas sociedades, acerca da improbabilidade de alcançar o sucesso nos termos dos valores e objetivos dominantes. Muitos dos traços da cultura da pobreza podem ser vistos como locais, tentativas espontâneas de satisfazer necessidades não supridas pelas agências e instituições da sociedade mais ampla porque os pobres não são aceitáveis para elas, não podem pagar por isso, ou são ignorantes e suspeitos.” (Lewis, 1971, pp. 209-210).

Se na primeira definição de 1961 ficam acentuados os aspectos negativos nesta segunda de 1966 ficam acentuados os aspectos positivos.

Na esteira da tradição na qual foi formado Lewis afirma então que uma vez que a cultura da pobreza ganha existência ela tende a se perpetuar através da transmissão estrutural de “traços” que a caracterizam de geração para geração.

Leeds (1971, pp. 238-247) e Rigdon (1977, pp. 112-123) fazem cuidadosas e exaustivas discussões desses traços. A conclusão dos dois é a mesma: embora exista coerência entre a existência desses traços e os dados empíricos obtidos a partir da pesquisa no que diz respeito aos indivíduos, esta mesma coerência não existe no que diz respeito ao agregado “cultura da pobreza”. Não se trata aqui de retomar essas críticas. Leeds, sobretudo, foi bastante incisivo na crítica acerca dos aspectos teórico-conceituais, metodológicos e substantivos. Utilizou-se, para tal, extensamente, dos seus próprios trabalhos empíricos entre os pobres de Lima e do Rio de Janeiro. Estava correto na maior parte de suas considerações.

Lewis não influenciou a “Guerra contra a Pobreza”¹¹. Embora afirmasse sempre o desejo de que seus trabalhos pudessem transformar a realidade, ele não se empenhava em influenciar os *policy-makers*. Ocorre que diversos assessores e oficiais graduados do programa recorriam frequentemente ao argumento da “cultura da pobreza”. Os conselheiros e assessores de Kennedy e Johnson tinham tomado o termo emprestado de Harrington, que por sua vez tinha tomado o termo emprestado do *Five Families* de Lewis sem citá-lo.

Esse assessores utilizavam-se de uma versão que, de fato, acabava por responsabilizar muitos dos comportamentos e atitudes das populações pobres pelas situações em que viviam. Existem casos documentados de oficiais do governo que, por exemplo, desconsideraram as críticas de pais de alunos porto-riquenhos acerca da

11 Foi atacado diversas vezes, no entanto, de maneira mais ou menos direta pelos problemas do programa. Respondendo a um desses ataques mais diretos, Lewis afirma: “(...) Valentine acusa meu conceito de cultura da pobreza de ter sido um dos princípios condutores da guerra contra a pobreza e, portanto, ter alguma responsabilidade pelo seu fracasso. Que concepção ingênua e absurda da poder da ciência social em nossa sociedade. Não é o conceito de cultura ou subcultura da pobreza que é responsável pelo fracasso do programa anti-pobreza, mas sim: 1) a incapacidade do presidente do congresso em compreender o grau de envolvimento necessário para lidar com o problema; 2) a guerra do Vietnã, que vem drenando nossos recursos humanos e econômicos.” (In: Valentine, 1969, p.191)

fraca educação que recebiam; ou, diante de taxas absurdamente altas de mortalidade infantil em uma determinada região pobre da cidade (em Memphis, Tennessee) condenaram, em suas falas e relatórios, os hábitos alimentares e sexuais mais do que a má-nutrição ou a ausência de cuidados de saúde. Todos justificavam suas falas e atitudes através da tese da “cultura da pobreza”, usando os termos de forma vaga (Orleck; Hazirjian, 2011, p. 23)

Assim, foi apenas dois anos após o *Office of Economic Opportunity* (OEO) ser criado que Lewis foi chamado para ser ouvido acerca do programa anti-pobreza. Não concordou, no entanto, com o caráter de uma ação que se limitava à qualificação do trabalho, pedindo que o foco centrasse na capacidade de organização e participação dos próprios pobres. Ao fazer isso, no entanto, entrou em rota de colisão com a administração Johnson. (Rigdon, 1977, pp. 151-153).

A obra de Lewis foi submetida a pelo menos duas (re)apropriações¹². A primeira por parte dos assessores e funcionários da administração Johnson e das administrações locais confrontadas com a tarefa de implementar o programa. A segunda apropriação foi feita por setores conservadores expressivos da sociedade americana que se levantaram, em oposição aos movimentos de apoio à “Guerra contra a pobreza”, criticando a intervenção do estado e o assistencialismo. Esses setores utilizavam-se das teses da “cultura da pobreza” enunciadas pelos assessores e funcionários do governo democrata e, às vezes, as próprias obras de Lewis para criticar a ajuda para pessoas e grupos incapazes, que possuíam hábitos morais, sexuais e econômicos condenáveis.

12 “Contrariamente as representações agora em voga acerca do trabalho de Lewis, não existe nada substantivo na tese da subcultura da pobreza que condene as vítimas da pobreza por sua própria pobreza, nem, quando propriamente compreendida, permite sustentar qualquer análise neoconservadora da pobreza. Metodologicamente, muitas das críticas contra o realismo etnográfico de Lewis tem sido enfraquecidas ou se tornado cada vez mais discutíveis na medida em que as fundações metodológicas das ciências sociais tem se ampliado desde então. Quando se tem uma leitura imparcial e desapaixonada da tese da subcultura da pobreza ela se mostra um excelente instrumento para a compreensão da superestrutura da cultura da pobreza”. (Harvey; Reed, 1996, pp.485-486).

IV – PARA ALÉM DE LEWIS: POBREZA, CULTURA E AN- TROPOLOGIA URBANA HOJE

A obra e o trabalho de Lewis merecem, sem sombra de dúvida, uma série de críticas. Seu essencialismo culturalista acabou por comprometer a noção de “cultura de pobreza”. Hoje, mais de meio século depois, estamos conscientes de que falar em “cultura” no substantivo e sem relacioná-la as condições históricas de sua produção e reprodução é um equívoco, caminho para essencialismos e reducionismos de todo tipo. A forma como muitas vezes expôs a vida de alguns de seus informantes sempre pode ser questionada, dado que ao ampliar sobremaneira seu círculo de leitores Lewis viu sua obra submetida a escrutínios distintos por distintos grupos de leitores.

Adoto, no entanto, uma outra perspectiva. Vislumbro, na postura ética, política e metodológica de Lewis elementos importantes para que se revitalizem os estudos em antropologia urbana que tem como tema as relações entre a cultura e a pobreza. Lewis enfrentou muito dos dilemas que cercam aqueles que optam por estudar os pobres em uma sociedade polarizada econômica, social e politicamente, como a americana. Suas debilidades são claras.

Não estou aqui, que fique claro, clamando por um retorno à tese da “cultura da pobreza”. Embora esteja consciente dos argumentos a seu favor (Small, Harding, Lamont, 2010) e dos esforços relacionados a uma rediscussão da “cultura” e de seu peso relativo na vida social, acredito que o ponto nodal da discussão é menos uma defesa do conceito, em qualquer de suas variantes ou formas operacionais, do que retomar a fértil conexão entre os temas da “cultura” e da “pobreza” desde uma perspectiva antropológica.

Lewis não escolheu o conceito de “cultura da pobreza” à toa. Ele servia como uma cunha na estratégia de se posicionar desde uma perspectiva humanista e científica fazendo frente, ao mesmo tempo, ao domínio das visões economicistas e tecnicistas acerca do tema. Retomar a conexão entre cultura e pobreza é re-situar os estudos sobre a desigualdade social extrema (e, portanto, desde uma abordagem mais ampla, os estudos sobre a estratificação social nas

sociedades capitalistas) a partir de uma perspectiva humanista que recoloca os termos da dignidade e dos direitos fundamentais. Esse programa só pode ser seguido se o termo cultura não for entendido como uma camisa de força a-histórica a reter unicamente os aspectos inerciais da vida social. Cultura e poder são duas facetas da mesma moeda e como tais devem ser analisados.

A sociedade brasileira constitui um fértil campo de estudos e pesquisa para tal programa. Quais são os valores culturais produzidos e mantidos pela sociedade brasileira que permitem a legitimação de uma ordem social tão desigual como a nossa? Evidentemente só poderemos avançar nesse programa de pesquisas se pensarmos os pobres relacionalmente - não só o que eles são ou pensam que são, mas também o que os outros pensam que eles são, e como agem em relação a eles. Em outras palavras trata-se de entender não apenas os pobres, mas também as classes médias e as elites, e não apenas a partir de indicadores objetivos, mas também de disposições e representações que, como sabemos, são parte importante da realidade social.

Os estudos sobre a pobreza e a desigualdade na sociedade brasileira tem crescido bastante nos últimos anos, inclusive desde a perspectiva das ciências sociais e da antropologia. Um excelente balanço foi feito por Leite Lopes e Rosilene Alvim em 2005, mas já está a merecer uma atualização em função do que foi feita nessa área na última década. Um trabalho relativamente pouco conhecido mas mais antigo de DaMatta (1993), também abre uma série de perspectivas profícuas. Insistindo que a pobreza é sobretudo uma categoria moral, o autor investe numa perspectiva relacional que trata do triângulo composto pelos pobres, o estado e a sociedade. Utilizando-se de entrevistas qualitativas retrata a visão dos pobres (os “de baixo”) mas também dos “de cima” e a relação recíproca entre os dois.

Infelizmente os estudos realizados por economistas continuam pautando o debate e as políticas públicas, em parte porque os cientistas sociais e antropólogos tem grande dificuldade na legitimação de seus dados, desqualificados como “micro” e, portanto, não representativos. Os cientistas sociais e antropólogos não tem conseguido tirar partido de um momento no qual podemos contar com

bases de dados e indicadores econômico-sociais de todo o tipo para qualificar nossas pesquisas e argumentos acerca da importância dos aspectos culturais e ideológicos no que diz respeito a legitimação da desigualdade e da pobreza. Como demonstrou Small (2009) as pesquisas precisam muito mais de desenhos lógicos do que de inferências estatísticas descritivas.

O exemplo de Lewis e sua obra podem ser enriquecedores para uma antropologia urbana preocupada com a pobreza no Brasil atual. Eles colocam questões éticas, políticas e metodológicas que por diversos motivos, continuam importantes.

REFERÊNCIAS

- BOURGOIS, P. Understanding inner-city poverty: resistance and self-destruction under U.S. apartheid. In: MacCLANCY J. (Ed.). *Exotic no more - Anthropology on the front lines*. Chicago: Chicago University Press, 2002. pp. 15-32.
- CASTILHO, S.; SOUZA LIMA, A. C.; TEIXEIRA, C. (Orgs.), *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014
- EAMES, E.; GOODE, J. G. (Eds.). *Urban poverty in a cross-cultural context*. New York/London: The Free Press/Collin Macmillan Publishers, 1973.
- DaMATTA, R. Em torno dos pobres urbanos no Brasil: considerações antropológicas incompletas e preliminares. *Tese* (Concurso de Professor Titular) Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense, 1993. 129 f.
- GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na zuluslândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *A Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo, Global, 1987.
- HARRINGTON, M. *The other America – Poverty in the United States*. New York: Macmillan Publishing Co, 1962.
- HARVEY, D. L. and REED, M. H. The Culture of Poverty: An Ideological Analysis. *Sociological Perspectives*, Vol. 39, nº. 4, pp. 465-495, 1996. <http://www.jstor.org/stable/1389418>. Accessed: 15-04-2016.

- HOBSBAWN, E. *Era dos extremos – O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JUDT, T. *Pós-guerra – Uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- LEACOCK, E. B. *The culture of poverty – A critique*. New York: Simon and Schuster, 1971
- LEEDS, A. The concept of the ‘culture of poverty’: conceptual, logical, and empirical problems with perspectives from Brazil and Peru. In: LEACOCK, E. B. *The culture of poverty – A critique*. New York: Simon and Schuster, 1971.
- LEITE LOPES, J. S.; ALVIM, M. R. Pobreza e desigualdade social: enfoque das ciências sociais – particularmente da antropologia social. In: GACITÚA-MARIÓ, E.; WOOLCOCK, M. (Orgs.). *Exclusão social e mobilidade no Brasil*. Brasília, DF: IPEA, 2005.
- LEWIS, O. *Life in a Mexican village: Tepoztlán restudied*. Urbana: University of Illinois Press, 1951.
- _____. *Five Families - Mexican Case Studies in the Culture of Poverty*. New York/Toronto: Mentor Book, 1959.
- _____. *The Children of Sanchez, Autobiography of a Mexican Family*. New York: Random House, 1961.
- _____. *La Vida; A Puerto Rican Family in the Culture of Poverty—San Juan and New York*. New York: Random House, 1966.
- _____. Culture of poverty. In: SPRADLEY, J. P.; McCURD D. W. (Eds.), *Conformity and conflict – Readings in cultural anthropology*. Boston, MA.: Little, Brown and Company, 1971.
- LEWIS, O.; LEWIS, R.; RIGDON, S. *Four men – living the revolution, an oral history of Contemporary Cuba*. Urbana, Ill.: University of Illinois Press, 1977.
- MINER, H. The folk-urban continuum. *American Sociological Review*, nº17, pp. 529-537, 1952.
- MOYNIHAN, D. P. *The negro family: the case for national action*. Washington, DC: Office of Policy Planning and Research, U.S. Department of Labor, 1965.
- NIVÓN, E.; ROSAS MANTECÓN, A. Oscar Lewis revisitado. *Alteridades*, Vol.4, nº7, pp.5-7. Distrito Federal, México, Universidad Autónoma

- Metropolitana Unida, Ed. Iztapalapa, 1994.
- ORLECK, A.; HAZIRJIAN, L. (Eds.). *The War on Poverty: A New Grassroots History, 1964–1980*. Athens, GA: University of Georgia Press, 2011.
- REDFIELD, R. *The folk culture of Yucatan*. Chicago: University of Chicago Press, 1941.
- RIGDON, S. M. *The Culture Façade: Art, Science, and Politics in the work of Oscar Lewis*. Champaign, Illinois: University of Illinois Press, 1988.
- SMALL, M. L. ‘How many cases do I need?’ - On science and the logic of case selection in field-based research. *Ethnography*, 10(1): 5-38, 2009.
- SMALL, M. L.; HARDING, D. J., LAMONT, M. (Eds.). Reconsidering Culture and Poverty. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Washington, Vol. 619, nº1, pp. 41-58, 2010.
- TEIXEIRA, C. *A honra da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.
- VALENTINE, C. A. The ‘culture of poverty’: its scientific significance and its implication for action”. In: LEACOCK, E. B. *The culture of poverty*. A critique. New York: Simon and Schuster, 1971.
- _____. Culture and Poverty: Critique and Counter-Proposals. *Current Anthropology*, Vol.10, nº 2/3, pp.181-201, 1969.

Recebido em: 14/10/2016.

Aprovação final em: 28/11/2017.